

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0020304

ALDO MESQUITA DA COSTA

F
923.4
0837

AOS CINQUENTA ANOS
DE
FORMAÇÃO JURÍDICA
(1917-1967)

PORTO ALEGRE

1968

F 340
C837a
ex, 2

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

AOS CINQUENTA ANOS
DE
FORMAÇÃO JURÍDICA
(1917-1967)

PORTO ALEGRE

1968

F
340
C 837a
v. 2

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

FORMAÇÃO JURÍDICA

FORMAÇÃO JURÍDICA

(1917-1968)

DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
NÚMERO	DATA
F206	3/12/69

PREITO DE GRATIDÃO E DE SAUDADE

Ao atingir cinquenta anos de formação jurídica, relembro alguns discursos de minha vida acadêmica, para perpetuar os fatos que os motivaram, no repositório das tradições de nossa querida Faculdade.

Registro, aqui, minhas homenagens aos conspícuos Mestres da Turma de 1917, que todos já partiram e deixaram gravada, na esteira do tempo, a marca inconfundível de seu saber e devotamento ao ensino; e minha saudade, aos colegas que nos foram abandonando, ao longo do caminho.

A ambos os dois que comigo atingem o marco assinalado e consagraram a vida ao Direito, meu fraternal abraço e comovidas congratulações.

Porto Alegre, 30 de março de 1968.

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

TURMA DE 1917

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

* Taquari -- 9 de julho de 1894

AMADO DA FONSECA FAGUNDES

* São Borja -- 31 de agosto de 1888
t Pôrto Alegre -- 10 de levereiro de 1951

ARMANDO DIAS DE AZEVEDO

* Porto Alegre -- 6 de março de 1897

CAMILO MARTINS COSTA

* Porto Alegre — 21 de janeiro de 1896

CARLOS HEITOR DE AZEVEDO

* Santa Cruz — 30 de março de 1893
t Porto Alegre — 18 de abril de 1960

GLICÉRIO ALVES DE OLIVEIRA

* Rio Pardo — 8 de setembro de 1893
t Porto Alegre - - 10 de setembro de 1967

MANOEL LOBATO

* Porto Alegre — 26 de junho de 1892
t Porto Alegre -- 29 de abril de 1951

RAFAEL TIBÚRCIO DE AZEVEDO NETO

* Porto Alegre — 13 de abril de 1896
t Porto Alegre — 8 de maio de 1943

DISTINTOS COLEGAS

COOPERANDO na agigantada ideia da fundação de um "Centro Filosófico e Literário", aqui venho, hoje, mais para cumprir um dever indeclinável, que prurido pela vaidade tola de fazer discurso.

Já, de há muito, sentia-se esta lacuna, em uma academia, em que, mais que todas, deve o homem desenvolver o espírito, guiado pelas regras de sã filosofia, para, depois, mais tarde, na vida prática, não deixar empanar o brilho do pergaminho recebido aqui, pelo ouropel de ciência, que lhe opõe a rabulice descarada.

Hoje, graças aos esforços de alguns colegas, possuímos um centro onde mutuamente nos poderemos instruir; temos um grémio, que será, doravante, o farol a aclarar-nos a senda escura da ciência, a fonte a jorrar a água pura e cristalina da verdade, despida dos preconceitos do nosso século.

Em prol dessa nobre ideia dediquei o meu espírito, e aqui vim testemunhar o meu apoio.

Discurso proferido, na sessão de 30 de junho de 1913, do «Ensaio Filosófico e Literário Onze de Agosto», da Faculdade de Direito de Porto Alegre.

Obedecendo ao programa por vós aprovado, hoje constituído em lei fundamental, base de nossas dissertações, escolhi um tema adequado, não de todo desconhecido, senão pelo modo que o encarei e que vou apreciá-lo.

Como sempre é mais fácil destruir do que criar, procurei assunto onde pudesse destruir; mas, como destruir, sem criar, é vandálico e estéril, eu destruirei, criando. Desfarei o erro, mas criarei a verdade.

Escola Gongórica ou Seiscentista, eis do que ora tratarei.

Gongorismo, como definição de escola literária, é o predomínio da reflexão, tanto na concepção, como na forma.

O simples, o desprezioso, o natural, o óbvio eram desprezados por completo, na invenção do assunto e na disposição e elocução do período.

Por um diletantismo fátuo, procuravam os escritores assuntos banais, onde mais pudessem mostrar o exótico das ideias e a excentricidade no enunciá-las.

Tudo era ôco, artificial, convencionado, despido de afeto, que é sempre o móvel e a essência do lirismo.

Se tais eram os defeitos na invenção, iguais, senão maiores, tê-los-emos na disposição, onde o escritor, semelhante ao inconstante esvoejar do colibri, saltava por cima de assuntos merecedores de maior desenvolvimento, impedindo, assim, a boa urdidura e a concatenação lógica das ideias. A elocução, comparável a um foco esplendoroso, a espargir intensa luz, baralhava-se aos olhos do mais perspicaz leitor, devido ao igual brilho das cores, empanando a saliência do principal.

São estes, a breves e largos traços, os característicos do Gongorismo.

Perguntar-me-eis, por certo, por que, de repente, se apoderou esta mania dos escritores? Qual a razão por que, num dado momento histórico, começam êles a pensar de outra maneira, inculcando na literatura esta nódoa que há de figurar para sempre como tal, para o espírito verdadeiramente ático?

Estudando as causas que um escritor - - Mendes dos Remédios - - aponta em sua copiosa "Literatura Portuguesa" e fazendo um juízo crítico do por êle exposto, apuraremos, o quanto nos fôr possível, nesses casos transcendentais em que não existe a precisão matemática, de que lado se encontra a verdade.

Ouçamo-lo:

"A quadra literária do século XVII representa para Portugal um período de grande decadência". E, como causas, lá vem a Inquisição e os Jesuítas.

Examinemos, em primeiro lugar, o valor desses argumentos.

A Inquisição, como tribunal censor, não era uma novidade que viesse determinar uma nova corrente literária na língua portuguesa. Instituída pela bula de 23 de maio de 1537, ela já havia firmado sua influência sobre as letras.

Argumento seguro encontraria, para provar a decadência literária do século 16, se tal houvesse, quem alegasse a Inquisição, pois que já, então, existia.

Apesar disso, êle foi o século da Renascença e, por ter Camões recebido o "placet" inquisitorial, não deixou

de ser, até hoje, o primeiro épico português e um dos maiores da literatura latina.

A inovação que sofreu, nesta época, o tribunal da censura, consistia em ser negado o recurso a Roma, circunstância, aliás, insignificantíssima, para mudar a trajetória de uma literatura. Nada, portanto, foi mudado na essência e, se más consequências trouxesse, acarretá-las-ia, por certo, de preferência, o século 16, que não o 17.

À sátira, o ramo mais prejudicado e destinado a perecer, por completo, com os Índices Expurgatórios da Inquisição, obteve, justamente, nessa época, maior desenvolvimento e perfeição mais completa que na época anterior. Sinal evidente, prova incontroversa, que ela não foi obstáculo ao progresso literário.

A segunda causa, apontada por Mendes dos Remédios, encontra maior apoio no ódio do autor, que na verdade fria da lógica.

É hábito, talvez o mais frisante da atualidade, detestar o jesuíta e, a êle, o elemento de maior importância, que mais cooperou para a nossa formação moral e intelectual, atribuir todas as consequências deletérias que experimentam a literatura e as ciências. A êsse inveterado costume não escapou o Sr. Mendes dos Remédios. Embora apanhado em flagrante delito contra a lógica, êle afirma, mas não justifica a afirmação, ter sido a criação da Ordem (1540) um dos mais poderosos coeficientes para a tão decantada decadência do século de Vieira.

Analisemos a questão.

Para que, de fato, os Jesuítas, como nôvo elemento religioso-social, pudessem influir para dar nova orientação à

corrente literária daquela época, era necessário que introduzissem reformas ou trouxessem um nôvo programa de ensino tão fortemente influente no espírito da juventude, por êles educada, de maneira tal que modificassem ou destruíssem de todo as bases sobre que repousava o modo de pensar e sentir dos antepassados.

Ora, a história nos mostra justamente o contrário; ela nos diz que seguiram os Jesuítas o mesmo método de ensino que os humanistas, seus precursores.

Nenhuma novidade, portanto. Ora, causas iguais não podem produzir efeitos diferentes; por conseguinte, iguais deveriam ter sido as consequências. Logo, os Jesuítas não influíram para essa nova orientação literária.

Nem a Inquisição, portanto, nem êles, foram a verdadeira causa.

Mas, se nem um nem outro influenciou, onde, pois, encontrá-la-emos?

É o que vamos agora ver.

A causa verdadeira desta decadência, encontramos-la numa lei geral, universalmente observada e conhecida por todos os povos.

Depois do período clássico, em que encontramos um perfeito equilíbrio das faculdades, sobrevêm a decadência, por um manifesto desequilíbrio. Já não se cuida do fundo, da essência; cogita-se da forma, do exterior, do que mais nos chame a atenção. Despreza-se o harmónico e simétrico das cores e das tintas e esmera-se no que atualmente, com mais ou menos propriedade de linguagem, denominamos o "berrante", o espalhafatoso, quer corresponda ou não ao molde, que pretendemos figurar.

Em Portugal tanto mais se observa esta tendência, pois que, no próprio período clássico, já se notava um acentuado predomínio da reflexão.

Em muitos pontos, é claro, perfeição bastante já se havia alcançado. Na época, esgotado fôra o assunto por Camões, e fatos de segunda ordem não podiam ser a inspiração da epopeia, senão de odes. Em a nossa literatura temos frisante exemplo desta tentativa. O Uruguay, de Basilio da Gama, outro valor teria, se não trouxera o defeito da origem — exiguidade e pequenez do assunto. Em tais condições, compreende-se, impossível seria sobrepujar os Lusíadas, síntese e análise das glórias portuguesas.

A sátira prosperou e a causa disso patenteia-se a um singelo exame da definição do Gongorismo.

O predomínio da reflexão, o rebuscado dos símiles, as comparações forçadas, impossíveis nos outros ramos literários, épico, dramático, lírico e suas ramificações — aqui vinha mesmo a calhar, porque pelo descabido, pelo disforme, pelo defeituoso, é que nasce a franca hilaridade.

O século 17 não foi apesar de afirmá-lo Mendes dos Remédios — um período de grande decadência, e ele mesmo, parecendo esquecido desta asserção, não vacilou ao escrever que "a poesia lírica conta, ainda assim, neste período, um representante da escola de Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão, mavioso cantor, em quem o bucolismo foi elevado a maior altura e que é, por ventura, o primeiro dos escritores portugueses neste gênero. Frei Luiz - - continua êle - - é um dos mais delicados estilistas que conta a língua portuguesa. Antônio Vieira é o orador privilegiado deste século e um dos melhores clássicos da nossa língua; Manoel Ber-

nardes, pela harmonia do seu estilo e pela suavidade da dicção, é superior ainda a Vieira e, nisto, cremos, fica feito o seu maior elogio".

De outro argumento não necessitamos; é o próprio acusador deste século que vem defendê-lo, afirmando que nêle viveram grandes clássicos da lusitana língua.

Espanha, França, Itália, Alemanha, Inglaterra pagaram o seu tributo ao Gongorismo.

Portugal não podia fazer exceção.

Havia passado Camões, o poeta-soldado; já não existia o meigo Bernardim Ribeiro; o Convento de S. Francisco d'Évora guardava o corpo inerte de Gil Vicente e à morte haviam pago seu tributo Antônio Ferreira e Sá Miranda.

Passara o século de glória e Portugal, cansado no esmerar-se em produzir tais gênios, revolveu as entranhas e, nas vascas da agonia, lançou ao abrigo do futuro a tríade gloriosa que, com magistral pena, havia de lhe immortalizar o nome.

Não possuindo a flor da literatura portuguesa, a trindade gloriosa de Castilho-Herculano-Garrett, o século gongórico não foi o século dessa tão decantada decadência. O verbo de Vieira, o sentimento de Bernardes e a meiguice de frei Luiz bradarão eternamente, pelos séculos em fora, contra a ciência mesquinha que estigmatizara a sua época.

Disse".

Distinto Presidente deste "Ensaio".

Meus colegas.

ONZE de agosto, data áurea para aqueles que trilham a espinhosa estrada do direito e da justiça; dia festivo em que o Brasil lança mais um marco na escala ascensional da civilização, é, hoje, já não a lembrança de uma data, senão a glorificação de um feito, que nos há de merecer do estrangeiro os foros de nação civilizada.

Comemoramos, hoje, a abertura dos cursos jurídicos no Brasil.

Desde 11 de agosto de 1827, a terra de Cabral prodigaliza a seus filhos a instrução necessária para que eles saibam defender seus direitos; ensina-lhes a prática da virtude da justiça, parte integrante de nosso caráter brasileiro.

Era o Brasil uma colônia do velho Portugal; para lá iam os que desejavam conhecer as letras e ciências, dominantes na velha Europa; lá haviam estudado Thomaz António Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, Álvares Maciel e tan-

Discurso proferido, na sessão de 11 de agosto de 1913, do «Ensaio Filosófico e Literário Onze de Agosto», da Faculdade de Direito de Porto Alegre.

tos outros brasileiros ilustres, que primeiro sonharam com a nossa independência; lá, enfim, reinava a vida superior, a vida *intelectual*. e a nossa terra não passava de colônia cativa, cuja missão era fornecer braços para o trabalho, quer no cultivo da cana, na indústria do açúcar, na plantação do café ou, ainda, na extração do minério *luzíd.o* e do valioso diamante, que enchiam os navios para socorrer a metrópole portuguesa, já tão enfraquecida e, na realidade, mais soberana de direito que, de fato, superior pelo espírito e não pela *fôrça*.

Mas os povos *civilizam-se*; as nações enveredam pela porta larga do progresso e a nossa pátria não podia fazer exceção a *êsse* concerto harmónico do universo inteiro. O Brasil, terra por tantos dotes privilegiada, onde "a natureza se mostra tão galharda e luxuriante, como em nenhuma outra parte e em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora", *êsse* Brasil gigante, forte, colosso, também atingiu intrépido as *culmâncias* da cultura europeia.

Começando pelas reformas políticas, com o grito de D. Pedro I às margens do Ipiranga, essa metamorfose foi sentida imediatamente em nossa vida econômica, social e *intelectual*.

As ideias apreendidas nas universidades europeias eram aqui divulgadas; a *ciência*, que de lá se importava, não ficava estéril, porque terra safara e estéril não na possui o Brasil.

Estudavam os nossos concidadãos; pela liberdade completa de seu país batalhavam *êles*; e, em *breve*, ao lado das escolas *primárias*, onde as criancinhas deletreavam a cartilha de João de Deus; a par da catequese silvícola que consumia,

nos sertões, a energia dos incansáveis jesuítas, ergueram-se as escolas superiores, esses templos de ciência, onde, dia e *noite*, queimamos o incenso do nosso esforço, esses focos de luz, iluminando o caminho da verdade, descanso último dos nossos *ideais*.

Estava, enfim, completa a nossa emancipação; de qualquer forma por que encarássemos nossa vida nacional, o Brasil podia ufanar-se de marchar sozinho, sem o bastão protetor do estrangeiro soberano.

Física e intelectualmente, nossa liberdade estava feita.

E quereis saber, quereis avaliar o que significa a liberdade intelectual de um povo, o poder, a força que *êle* tem de se ensinar a si próprio?

Lançai um rápido olhar para os lados do Oriente e vereis ali aquela parte do universo mergulhada na mais crassa ignorância, dominada por um governo estrangeiro, aliada à estrangeira ciência — se é que a ciência já tem pátria — ensinamento mal compreendido pelos Levantinos, onde se ergue atualmente, como um protesto àquela *deca-dência*, a energia avassaladora do Yankee.

Impossibilitado de estudar as ciências jurídicas, era alijado dessa ideia o m^oço pobre que tal aventurasse.

A fortuna nem a todos prodigaliza seus bens e só aos seus favoritos era dado atravessar os oceanos, em busca da ciência desejada.

Compreendeu bem essa necessidade o espírito preclaro de nosso primeiro Imperador e aí temos o decreto de 11 de agosto de 1827, a testemunhar, às gerações vindouras, a lucidez de seu espírito, doando à sua pátria essa obra gigantesca, que é o ensino autónomo das ciências *jurídico-sociais*.

Em um país novo, onde havia, apenas, vinte anos que o governo benéfico e salutar de D. João VI - - hoje infelizmente tão caluniado -- viera dar vigoroso impulso às letras, artes e ciências, estando aí a prová-lo, uma História do Brasil de Roberto Southey, uma Corografia Brasília de Manoel Ayres de Casal, aquilata-se facilmente da dificuldade de semelhante empresa.

Desfeitos os empecilhos de momento, abriram-se as faculdades, monopolizando nossos mais pujantes talentos, o escol da juventude brasileira e, então, criaram-se, na terra brasileira, juriconsultos da força de um Lafayette, da lógica irresponsável de Nabuco de Araújo e onde avulta, ainda, atualmente, um Afonso Celso, um Clóvis Beviláqua, para não citar só dois nomes, que, por si sós, bastariam para dar luz ao mundo inteiro: Ruy Barbosa e Rio Branco.

Que grandeza ciclópica de civismo nos legam esses dois gigantes da ciência! Quanta abnegação, ao serviço da pátria estremeçada!

Inspiremo-nos, pois, colegas, nessa trajetória brilhante de sacrifícios que eles descreveram no céu azul de nossa pátria; procuremos imitar-lhes a vida honrada que viveram, embriaguemo-nos daquele santo entusiasmo patriótico, que foi sempre o guia de todos os seus trabalhos.

Estudemos; consolemos nossos dias de amargura nas páginas sublimes do Livro da Justiça, para que não venha o Brasil a perder um Acre, por já não viver um Rio Branco; para que se não esqueçam os Direitos das Gentes, quando emudecer, na lousa fria, o verbo ardente do imortal baiano.

Cumpramos nosso dever para com o Brasil e, neste dia, em que festejamos mais um aniversário da abertura dos

cursos jurídicos, seja a nossa gratidão para com ele, para com essa terra de heróis, onde descansam o último sono centenares de valentes, seja ela patenteada pela evocação gloriosa desses nomes, inspirando-nos em seus feitos e imitando-lhes os exemplos que legaram ao Panteão da Imortalidade.

Disse.

LA jeunesse studieuse, espoir du "Rio Grande do Sul", a choisi le plus humble de ses représentants pour être le fidèle interprète des nobles sentiments qui, en ce moment, bouillonnent dans les coeurs et pour saluer au nom de tous l'illustre savant et le grand patriote que la France nous envoie.

Excusez la hardiesse qui me fait vous adresser la parole dans la langue que Victor Hugo a illustrée en vers énergiques et Luiz Adolfo Thiers, en discours magistraux tout vibrants de patriotisme.

Pardonnez-moi quelques erreurs et regardez seulement notre intention de manifester qu'entre nous, après la langue maternelle, celle que nous apprécions le plus, celle que nous étudions avec le plus d'ardeur, est la langue de votre patrie, de la France glorieuse, notre patrie aussi par l'intelligence et par le coeur, selon l'adage bien connu: "Tout homme a deux patries: la sienne et la France".

La France a façonné l'esprit latin; son sein a été la source féconde où les brésiliens de tous les temps ont puisé les enseignements des sciences qui aujourd'hui augmentent sans cesse et ennoblissent la culture humaine. Par ses

Discurso proferido, na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 22 de dezembro de 1917, saudando o Professor GEORGE DUMAS.

capitiaux, la France aliment en grande partie nos industries et raet en valeur les immenses richesses de notre sol.

Monsieur! Je ne sais quel honneur est le plus grand entre celui que reçoit de votre gouvernement l'illustre Président de notre État ou cet autre que goûte en ce moment Je monde intellectuel de Porto Alegre, ici reuni dans le temple du droit et de la justice pour entendre de vos lèvres la parole d'un homme qui a vécu pour sa patrie, l'a exaltée par son talent et instruite par sa science.

De tout coeur, vous avez accepté l'invitation de la jeunesse avide de vous entendre, recevez l'assurance de son impérissable gratitude. Le thème de votre conférence est cette conflagration qui, aujourd'hui, ensanglante la vieille Europe et la sacoue jusque dans ses bases. Vous allez nous raconter les sacrifices, l'héroïsme de la grande nation qui fut votre berceau e qui maintenant tire l'épée pour défendre la cause de la justice et les droits de l'humanité foulés aux pieds.

Cette maison est propice au sujet que vous avez choisi. *Cedant arma togae.* Que les armes le cèdent à la toge. C'est le principe qui oriente son activité. Ici, on enseigne que les peuples s'arment non pour mitrailler les villes ouvertes, non pour massacrer les femmes et les enfants, mais pour défendre les droits menacés ou violés. Si le droit doit s'appuyer sur la force, la force est tolerable seulement quand elle se meut dans la sphère du droit. Elle existe, non pour le remplacer ainsi que le dit le militarisme prussien, mais pour le défendre, comme le font les alliés.

Parlez sans crainte, Monsieur. Vous êtes parmi vos frères. Entraîné dans le tourbillon sanglant, le Brésil s'est range de votre coté, non pour des motifs peu honorables,

mais pour défendre son honneur immaculé, sa souveraineté toujours respectée, pour assurer la fidélité aux traités qui pour la nation brésilienne ne sont pas des chiffons de papier qu'on déchire impunément, mais bien des règles juridiques que l'on suit, des lois que l'on observe, même au péril de sa propre vie.

Nous entendrons de votre bouche la narration des faits héroïques de l'indomptable Belgique qui pour la défense de sa neutralité repoussa avec indignation les inspirations d'Outre-Rhin, subordonna, sacrifie tout, de concert avec son Roi, pour occuper dignement le Panthéon de l'Immortalité. La jeunesse académique du Rio Grande, pour cet insigne honneur que vous lui faites vous prie d'agréer, par mon intermédiaire, sa plus vive reconnaissance.

Avant de terminer, permettez-moi, Monsieur, de vous adresser une demande. Quand, bientôt, vous retournerez dans votre patrie, pour soulager par votre science les souffrances des héros blessés, mutilés dans l'exercice du plus sublime devoir, pour exciter par votre exemple de plus grands traits d'héroïsme, dites à la glorieuse France, à ses fils courageux, jeunes gens comme nous, qu'ici, de l'autre côté de l'Océan, nous les accompagnons en esprit, en admirant leurs faits immortels à la Marne, à Verdun, partout où se verse le sang pour la rachat de l'humanité. Dites-leur que les étudiants du Rio Grande, l'épée en main, l'arme au bras et la front haut, attendent avec fermeté l'appel de la patrie pour former les rangs avec votre armée. Qu'au jour de la paix, l'ennemi vaincu, Brésiliens et Français, d'une seule âme, d'un seul coeur, d'une seule voix, nous entonnerons enthousiasmés des hymnes de gloire et de triomphe.

I AMAIS em todo o meu passado, se é que os moços passado já possuem, se me deparou encargo tão honroso, mas também tarefa tão difícil, como a de que por vós venho aqui ora incumbido, meus distintos colegas, bacharéis em ciências juridico-sociais da turma de 1917, desta Faculdade.

Escolhido, estando ausente, para este posto de responsabilidade extraordinária, dêle declinei, apenas me fôra noticiada a incumbência, alegando que, dentre nós, qualquer um, exceto eu, seria digno e *capaz* de tal missão.

A vossa réplica terminante fêz-se perceber que era inútil insistir.

Não era um convite que me fazíeis, era uma ordem que me dáveis. Bati de porta em porta a delegar os poderes recebidos. Ninguém me quis atender. Aceitara poderes sem cláusula de substabelecimento. Só então compreendi a grandeza da minha incompetência a impedir a satisfação condigna do mandato a mim entregue. Mas já era tarde, e eu sofreria fatalmente as consequências de haver deixado à revelia a causa onde possuía avultadíssimo interesse.

|Oxalá a vossa imensa generosidade na escolha do intérprete seja ainda suplantada pela indulgência com que julgardes a execução do compromisso que assumi.

Exmo. Desembargador Diretor desta Faculdade

Ilustrada Congregação

Excia. Reverendíssima

Dignas Autoridades Civas e Militares

Exmas. Senhoras. Meus Senhores

Companheiros, colegas, meus amigos

HÁ na vida dos povos horas de espantoso caos intelectual, onde as noções mais claras, mesclando-se em súbita confusão, fazem que a sociedade marche em demanda do futuro, semelhante ao viajor que perdeu o rumo em meio da noite tenebrosa.

Então as ideias conservadoras, que são os astros do mundo moral, longe de brilharem sobre a cabeça do género humano, a fim de lhe iluminarem o caminho, eclipsam-se mutuamente, mandando-lhe só alguns duvidosos e vacilantes resplendores, que nem sequer são suficientes para lhe aclararem o abismo.

Nessas horas de perturbação, desprender da confusão universal algumas noções simples, apresentá-las com sua distinção radical e harmonia necessária, é prestar real serviço à sociedade ameaçada.

Encontramo-nos em presença de uma dessas horas veladas de profundas sombras. O mundo desvaira, o século caduca. Às ideias mais universalmente aceitas e mais solidamente arraigadas no fundo d'alma humana, baralham-se totalmente na luta das inteligências, num crepúsculo semelhante ao que paira sobre um campo de batalha, formado pelo pó e a fumaça do combate.

Tenho visto confundidas, até numa só inteligência — quem havia de dizê-lo? — o amor com o direito, e a filantropia, embora eu a prefira chamar a caridade, com a justiça.

E esse erro doutrinário ameaça com seu cortejo de desastres o nosso mundo social.

Nós, que doravante somos representantes da justiça na sociedade que hoje nos recebe, após a longa peregrinação pelos bancos acadêmicos, nos devemos compenetrar e saturar dessa justiça, ante a qual se dobrarão todas as paixões humanas e com a qual se adornarão nossas virtudes cívicas. E se a justiça há de ser a norma de nossa vida no campo jurídico-social, se ela deve ser o farol a nos guiar através das gigantes tempestades dos tribunais, deixai-me que vos diga o que é a justiça, com as palavras daquele grande Tomaz de Aquino, dignas da boca de um anjo: "Justiça é uma equação entre uma coisa e sua medida".

Na ordem moral, isto é, na esfera dos atos humanos, a justiça é a equação entre um ato e sua norma. É este o conceito que adotava, quando aqui cheguei, há cinco anos; é este o conceito que em mim ainda domina, ao deixar hoje esta casa veneranda. Conceito racional e absoluto, que não se acomoda ao relativismo dominante nas correntes filosóficas dos tempos e modas atuais.

Tudo o que é adequado à sua norma é justo, tudo o que dela se afasta é injusto. Neste sentido o homem virtuoso, isto é, o homem que segue sua norma, é um justo. O homem culpado, o que se desvia de sua norma, é um homem de iniquidade e responsável como tal, não só perante seus semelhantes, mas perante o Ser Supremo, perante Deus, autor de toda a norma e a norma por essência.

Tal é a justiça em sua acepção geral. Ela é o segredo da felicidade dos povos; é ela o esteio da harmonia das nações.

Examinando-se, mesmo de relance, os tribunais humanos, seja ele o da família, o da sociedade, ou o das nações, que é que vemos? — Que, se se subordinaram ao divino, do qual recebem a vida, a consistência, a força e o poder, porque na frase imorredoura de São Paulo "omnis potestas a Deo"; se estão alicerçados na justiça, permanecem inabaláveis no meio das revoluções sanguinolentas dos cataclismos sociais; mas, se se quebra o cetro da justiça, abate-se o alicerce, fendem-se as paredes, e o edifício baqueia, desmorona, sepultando em seus escombros, aniquilando em suas ruínas, primeiro, os próprios magistrados, em seguida, as instituições, depois o povo — numa palavra, tudo.

Contemplai a criança na família, no tribunal doméstico, escutando a acusação de suas faltas e recebendo a sentença paterna, que a condena ao castigo merecido. Se é culpada, não se revoltará, mas chorará amargamente. Se a sentença for injusta, aquele menino quase inconsciente, a quem o respeito filial emudece a fala, escreverá no coração, com o sangue rubro de vítima inocente, o protesto contra a iniquidade. É o sentimento inato da justiça, primeira e única virtude do coração humano, porque, no conceito de um filósofo

sofo, todas as outras são dela variantes; é o sentimento da justiça que lhe inflama a consciência, centelha divina que lhe vivifica a alma. E só quando a família cresce e se educa nos princípios da justiça que é todo um código de moral, é que se pode afirmar ser ela a célula-mater da sociedade humana.

Vamos adiante. escolhamos a esmo um quadro ante o tribunal da sociedade, a ver como aí se pratica a justiça.

Não há muitos meses, percorriam, numa tarde, as ruas desta capital, com gestos de ameaça e gritos de revolta, quinhentos, mil, dois mil, três mil homens do povo, em cujos semelhantes se lia o descontentamento, descobrindo-se-lhes na alma grande dose de ira concentrada.

Que queriam esses humildes operários de fábrica, que desejava essa multidão, apresentando-se ao tribunal público da sociedade? Pediam "panem et circenses"? Iam comover os sentimentos da filantropia? Estender as mãos calosas, honradas no trabalho, às instituições de caridade? - - Não; o que eles pediam era justiça. Tinham braços robustos, constituições hercúleas, trabalhavam dia e noite, e era justo que esse trabalho tivesse retribuição suficiente, para um sustento honesto.

O capital e o trabalho, que durante a longa noite de dez séculos, como pejorativamente se denominou a Idade Média, viveram aliados, sob a justiça cristã, no século das luzes, usufruindo as liberdades asseguradas nas leis de todos os Estados, tornaram-se irreconciliáveis inimigos. É que eles erraram a equação de que falava o grande Aquinate e as consequências desastrosas surgiram, por toda parte, ameaçadoramente.

É a questão social, que atualmente agita o mundo, há de ser uma questão eterna, sem solução possível, e o pobre operário continuará a ser ludíbrio do capitalista opressor, enquanto os Estados teimarem em não concretizar em lei os conceitos eminentemente sábios do grande pontífice Leão XIII, na sua magna encíclica "Rerum Novarum".

As leis que esquecem ou ignoram a justiça são codificação da iniquidade.

Remontai até ao tribunal das nações e observai a ensanguentada Europa, transformada em açougue de carne humana. Quem a levou, quem a impeliu a este estado horrendo? Investigai atentamente as causas e vereis que o olvido da justiça a conduziu a esta catástrofe espantosa. Esqueceram-se as nações de que acima delas estava o tribunal divino, para lhes punir as culpas e premiar-lhes as virtudes e confiaram ao gume das espadas, à ponta das baionetas, à boca dos canhões, a realização de seus ideais de justiça. E nunca se quebrou tanto o direito, nunca foi a lei tantas vezes conspurcada. Afastaram-se da suprema justiça, e a justiça suprema as justicou. Procuraram, fitando a terra, a virtude que se asila nas alturas. É dolorosa a experiência, porém dela retiraremos ensinamentos proveitosos.

É preciso, pois, que a humanidade enverede por outro caminho, se almeja a felicidade duradoura; é necessário que ela prossiga em rota diferente.

Por isto eu bendigo o nosso lema "*Fer ad aethera justitiam*", que é divisa de valentes e compromisso de cristãos. Nesta hora trágica e solene, em que a dor crucia o mundo, neste instante de dubiedades e incertezas, em que até o caráter parece que agoniza, nestes tempos em que Diógenes,

se voltasse à terra, sairia novamente à procura de um Homem, de lanterna em punho, em pleno meio-dia, o homem precisa ascender à própria humanidade e ir buscar auxílio e inspiração, lá onde não há obstáculo que se não vença, desejo que se não sacie, desânimo que se não conforte.

"*Fer ad aethera justitiam*" - elevar a justiça até aos céus e erguê-la ao manancial inexaurível, à fonte inesgotável da Justiça Absoluta.

E esse ideal sagrado não é uma tentativa vã de Prometeu, escalando os céus. Os romanos, remotos cultores de nossa ciência, já tinham ido buscar na divindade a ideia de justiça, quando a definiram como a "*divinarum atque humanarum rerum notitia*".

Nós, pigmeus do direito, não é demais que recebamos a lição de jurisprudentes tão eméritos.

E amanhã, onde quer que nos atire o destino ou nos chame o dever, no sacerdócio da imprensa, na cátedra que é púlpito, nas lutas do pretório, nas pugnas sedutoras da política, - jornalistas, professores, advogados, estadistas, tenhamos sempre por guia esta brilhante estrela "*Fer ad aethera justitiam*", que é um "*sursum corda*" nacional, conchitando a mocidade a levar a amada terra do Brasil ao ancoradouro seguro de uma eternidade feliz.

Mas, já é tempo de a vós me dirigir, queridos mestres.

Jamais esqueceremos os cinco anos vividos nesta casa, onde ouvimos de vossos lábios as mais sábias preleções da ciência do direito, os mais fecundos ensinamentos de patriotismo são e de civismo puro, os mais prudentes conselhos de conduta para a vida pública.

Neste templo erguido ao culto da justiça, nunca a mais momentânea discórdia separou dos mestres os alunos; perfeita união de pensar e de agir, completa harmonia entre os vossos conselhos e as nossas ações, fizeram que suave e docemente passássemos por aqui um lustro, todo êle consagrado à interpretação de textos, ao estudo das leis, preocupados sempre com os magnos problemas que diretamente interessavam à "... ditosa pátria minha amada".

As velhas rixas que tanto enfartam os anais acadêmicos d'antanho são aqui ignoradas. A diversidade de doutrinas, onde a verdadeira ciência ainda o permite, a preferência de escolas filosóficas, o proselitismo desta ou daquela crença, em outras terras e em outros tempos, se não ainda hoje, pedra de toque e pomo de discórdia entre educadores e educandos, foram, entre nós, não causa de malquerenças descabidas, senão de leal amizade, de acendrado estímulo, de inabalável confiança entre mestres e alunos, que com respeito mútuo e mútua galhardia, sustentavam suas ideias, defendiam suas crenças, batalhavam pelo triunfo de sua opinião.

E que se não pense serem estas minhas palavras mera etiquêta de quem parte. Não; que, em testemunho da verdade, é-me grato recordar um episódio ocorrido em 1913.

Cursávamos o primeiro ano. Dos oito desta turma, quatro, e somos precisamente nós, vínhamos dos ginásios jesuítas, onde desabrochava a nossa inteligência para os arcanos da ciência. Trazíamos como bagagem literária o curso de humanidades, mas este, bem aprendido daqueles incomparáveis mestres, educadores da mocidade do Brasil, que, desde Montesquieu e Augusto Comte, na frase justiceira de Eduardo Prado "tem recebido os aplausos de todos

os génios e homens de ciência e os apodos de todos os ignorantes".

Discutia-se a debatidíssima questão do livre arbítrio e do determinismo. O mestre, um erudito da filosofia; nós, soletradores de Aristóteles. Entretanto, foi renhida a peleja. Argumentou-se com calor e, sobretudo, com alma, com sinceridade. Não houve vencedor nem vencido nesse prélio memorável. Mas um ano depois, Plínio de Castro Casado, o canário da tribuna rio-grandense, como merecidamente o chamou Pinto da Rocha, era livre-arbitrista, como nós.

... E foi do seio de uma congregação de mestres assim, sinceros e amigos, sábios e virtuosos, que, numa aclamação unânime, vos fomos buscar, egrégio paraninfo, para que, neste último instante, cuja recordação nunca mais em nós se apagará, ouvíssemos aquela palavra austera e eloquente que, por espaço de três anos, numa erudição profunda, nos revelou os segredos do direito, concitando-nos ao amor da virtude e à prática do bem.

Os conselhos recebidos ao se deixar o lar paterno, pela vez primeira, se não esquecem nunca. E esta turma foi uma família, que teve sempre em vós o chefe carinhoso. A palavra que tantas vezes nos encorajou na luta contra o desalento, auxiliando-nos na conquista de nosos ideais, não podia ficar emudecida nesta solenidade.

A outro escopo não visou a nossa escolha.

Magistrado integérrimo, cujo desejo inquebrantável tem sido sempre dar a cada um o que é seu - "suum cuique tribuere"; exemplar chefe de família, para quem o lar é um segundo culto; amigo dedicado, capaz de todos os sacrificios; mestre incomparável, estremecido mestre, que, de

envolta com os conceitos da ciência, nos preveníeis, com paternais advertências, das surpresas e ciladas do futuro, recebi nestas palavras toscas a homenagem da nossa amizade e o preito de nossa eterna gratidão.

Colegas, que aqui ficais, eis chegado o momento do nosso adeus. Terminamos o nosso curso, realizamos as aspirações que, ao entrarmos aqui, um dia, nos pareceram um sonho. Urge partir e é cruel a despedida. Permitti que, em hora tão augusta, eu vos dê o nosso abraço de saudades, meus colegas, meus amigos, quase irmãos.

E vós, companheiros de jornada, a quem exoro perdão de tão mal haver correspondido ao vosso apelo, atendi ao meu último pedido, ouvi a minha palavra derradeira.

Conta-nos o Livro Sagrado que os israelitas, ao atravessarem o deserto, foram detidos de inopino em sua marcha vitoriosa por uma praga de serpentes, que os dizimava a olhos vistos. Moisés, tomando de uma delas, ergueu-a para o céu e todos, que lhe dirigiram súplices os olhares, obtiveram cura imediata, porque lá estava a fonte da vida, o repositório da saúde.

Quando, um dia, talvez bem cedo, formos lá fora colhidos no vórtice traiçoeiro desta vida, campo de lutas e vitórias; quando, uma a uma, virmos desfeitas as ilusões que foram cerne e seiva de nossa juventude; quando sentirmos o ânimo combalido, perdida a esperança, aniquilada a energia; quando nós, israelitas de outra espécie, em busca da nova Canaã, sentirmos o dente da serpe malfazeja, oh! volvamos nossos olhos para esta casa bendita, cornucópia de bênçãos, sacrário de virtudes, e, revivendo o passado tão risonho e sorridente, lembrando as já saudosas horas em que os mestres venerandos nos aconselhavam, com palavras

e exemplos, a combater pela causa do bem, na cruzada do direito, redobramos de coragem, centuplicaremos energias, para desbravar os horizontes do porvir, cumprindo à risca o juramento que há pouco ainda fizemos, até que nos chame perante o seu inapelável tribunal o Deus de toda a Justiça.

E agora, "fenícios da ciência", "argonautas da glória", entoando hosanas de alegria, por entre aleluias de esperança, partamos para o largo mar da vida, em busca do Ideal, seguindo sempre, ainda que com ingentes sacrifícios, o nosso lema sacrossanto "*Fer ad aethera justitiam*".

Exmo. Er. Desembargador Manoel André da Rocha

Exmos. Srs Professores.

Meus colegas

É esta a solenidade com que se encerram as justas homenagens à personalidade conspícua e ao varão doutíssimo que é Manoel André da Rocha.

E quiseram os antigos alunos de tão preclaro mestre, num egoísmo bem louvável, lhes fôsse concedida, nesta apoteose do bem e do saber, a posse toda inteira dos últimos instantes desta comemoração sem precedentes em terras rio-grandenses, e quiçá mesmo, em plagas brasileiras, se atentarmos em que é inspirada, tão-sòmente, nos mais lídimos ideais que empolgam e enobrecem o coração humano, e exigida de nós todos, como preito de pública e sincera justiça aos altos méritos e acendradas virtudes do homenageado.

Conservaram para si o fim da festa, na ambição incontida de partilharem a sós, egrégio mestre, as primicias de vosso afeto, as confidências de vossa amizade e os conselhos de vossa experiência.

Discurso proferido em 14 de agosto de 1925, na Faculdade de Direito de Porto Alegre ao ensejo do encerramento de uma série de homenagens ao Desembargador Manoel André da Rocha.

E andaram muito bem.

Quando ainda ressoa o eco já longínquo dos louvores ao magistrado; depois que emudeceram os epinícios entoados ao homem público, em "som alto e sublimado", justo é que comecem as festas de casa, na expansão das alegrias da família.

E, hoje, aqui, nós. os vossos antigos alunos, constituímos vossa grande família, irmanados pelos laços do afeto e sob a vossa augusta paternidade espiritual.

Esta solenidade, por ser precisamente a última e a mais duradoura, deveria ser fechada com chave de ouro. A minha palavra, porém, se não tem o pêso e o quilate do ouro de lei, por um milagre da alquimia transformadora do sentimento, transmuda-se em metal de qualidade que nunca as entranhas da terra o criaram igual.

É que, nesta hora, a minha palavra é a expressão de cinco gerações de alunos que por ela canalizam as emoções de suas almas e as jóias e os tesouros de seus corações agradecidos.

Bem sinto a angústia do momento, para dizer, com vida e precisão, o mundo de ideias que me turbilhonam no espirito, mas conforta-me o asserto do grande épico lusitano de que

"Da bôca dos pequenos sei, contudo, que o louvor sai, às vezes, acabado".

Senhores.

Esta festa é consagrada ao mestre.

Conquanto na vida de André da Rocha se não possam distinguir pontos culminantes, porque todos êles constituem

a própria culminância, qualquer que seja o prisma pelo qual se examine, como mestre ou como juiz; como esposo ou como pai, ou, ainda, como amigo — é êle sempre o mesmo homem, sábio, probo, modelar, extremoso e leal, pautando todos os seus atos pela diretriz do dever, da honra e do amor.

E essas características de perfeito equilíbrio entre as modalidades de sua inteligência e as arestas de seu formoso caráter. harmonizam-se de tal modo que lhe justificam o qualificativo incontestável e já ora incontestado de um verdadeiro super-homem.

Enquanto uns se distinguem pelo predomínio da inteligência sobre a vontade; enquanto outros se assinalam pelo império desta sobre a razão e, ainda alguns, pela supremacia dos sentimentos, que lhes governa todas as ações, no homenageado de hoje todas estas qualidades se aferem pela mesma intensidade, numa harmonia inigualável.

Magistrado integérrimo, ninguém há que lhe não proclame o acerto no julgar, porque aplica a lei com humanidade e sempre descobre a verdade nos meandros tortuosos das hipóteses infinitas que compõem a variedade dos pleitos judiciários.

Suas sentenças não escrevem servilmente a letra morta da lei, mas lhe perscrutam o espírito, dosando-o, em larga cópia, obediente ao elegante conselho de Magnaud, com a jurisprudência da equidade.

Para êle, a magistratura, que, na frase de Dupin, é a lei que atua, foi sempre a garantia incorruptível da mesma lei.

Surdo aos clamores das multidões sediciosas, "impenetrável às sugestões do interesse; impassível às violências

tenteava em todos os recantos da Província, nas lições do pretório, nos torneios da tribuna e nos memoráveis debates da imprensa, não foi difícil ao mestre insigne descobrir dedicações e competências, para levar a bom termo a nossa autonomia no ensino da ciência em que brilhou o espírito romano.

O seu natural pendor para a tarefa de ensinar, a sua indiscutível vocação para o magistério superior, revelaram, logo, o professor insigne e ilustrado, que, na faculdade incipiente, salientando-se sempre até galgar o auge, foi, desde o primeiro instante, o ídolo de seus discípulos.

Talento facetado, a quem o Direito lhe não reservou segredos, da cátedra fêz púlpito e, da ciência, o evangelho que, pela sua bôca de ouro de sacerdote da justiça, neste templo da Justiça, atrai, seduz e catequiza a quantos o escutam.

É que as suas preleções se não limitam ao ensino exclusivo da matéria. Com quantos conselhos êle não as entremeia, exalando a suavidade de seu coração, exortando os seus discípulos, para que formem, pela união dos espíritos, pela conjugação dos esforços, pelo consórcio dos sentimentos, a parte mais robusta, mais sadia e mais forte da vida nacional.

Erudito, verdadeiramente sábio, no dia em que lhe sobrar o tempo, para nos dar, em letra de forma, o livro de suas Lições de Direito Comercial, não sei, senhores, se Carvalho de Mendonça continuará na posse do cetro do principado brasileiro, nesta encantadora província do direito.

Contemplando todo êsse fecundo passado, essa vida inteira consagrada às nobres causas e ao reto cumprimento

do dever, podereis, prezado mestre, com abundância d'alma, repetir com o poeta:

*"Exegi monumentum aere perennius
Regalique situ pyramidum altius".*

Sim, terminastes um monumento mais perdurável que o bronze e mais elevado que as pirâmides dos reis; que permanece mais vivo e mais sentido no coração de quantos vos ouviram na cátedra de mestre; de quantos admiraram o vosso saber e as vossas virtudes cívicas; de quantos vos amaram com entranhado afeto de discípulos e de amigos; na memória nossa e na de nossos filhos; nas inteligências que abristes para as grandes verdades do direito e da lei; em tudo quanto de vós emanou e que guarda a essência de vosso espírito privilegiado.

Êste bronze, parecendo que, em sua mudez, nada poderia dizer, falará, no entanto, a cada momento, de medo eloquente, às gerações vindouras, do respeito e da veneração daqueles que o puseram aqui e dirá a quantos o interrogarem, do saber profundo e das excelsas qualidades do mestre emérito e amigo extraordinário.

Pode êle, porque é metal, porque resiste ao perpassar das eras, eternizar um nome, levando aos pósteros uma individualidade.

Monumento, porém, maior e mais valioso que êste, porque é mais sentido, porque traduz e exprime o carinho, a veneração, o louvor, a pureza de sentimentos, vós mesmo já o tínheis levantado em nossos corações, nos corações de vossos alunos, aqui hoje reunidos: — o monumento da amizade.

E, levantar o mestre tal monumento no coração do aluno, é perpetuar-se pelo afeto e pela admiração; é viver intensamente a melhor das vidas, a mais perfeita e a mais completa, aquela que desafia a injustiça dos maus e a malquerença dos invejosos; é immortalizar-se no e pelo coração.

E vós, já agora, estais vivendo as duas vidas: a do bronze, na história, e a do sentimento, no coração.

Este marco assinala a última página da história de vossa vida e a primeira que apresenta a vossa vida na História, porque, depois de semelhante consagração, o homem já não se pertence: começa a viver a vida impessoal da alma coletiva; incorpora-se no património da Nação e ingressa, vergado ao pêsso da glória, no Panteão da Imortalidade.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
1968